

Democracia participativa no município de Lages-SC e a cultura política da esquerda brasileira nos anos70 *

Este artigo tem por objetivo analisar o contexto que favoreceu a realização de algumas experiências de democracia participativa no Brasil e em especial a do município de Lages/SC, no período de 1977/82 - durante a vigência do Estado Burocrático Autoritário, instaurado no país após o golpe militar de 1964. Neste sentido consideramos oportuno, primeiramente, apresentar algumas características deste tipo de Estado, evidenciando as estratégias, utilizadas para a sua institucionalização, principalmente no que diz respeito ao processo de desmobilização da sociedade civil.

Com o golpe militar de 1964, se inicia no Brasil um período de dominação que, através, da consolidação de um Estado Burocrático Autoritário, consegue num primeiro momento deixar a Sociedade civil profundamente despolitizada, tendo como características típicas: apatia, consenso tácito, medo de despertar a vocação repressiva do Estado, censura e autocensura. (O'Donnel, G. 1986, p. 90)

O Estado Burocrático Autoritário, implantado para resolver os problemas gerados pelo afrouxamento dos controles do estado e das classes dominantes frente à crescente agitação política de amplos setores da sociedade, que exigiam reformas sociais e denunciavam a dominação das multinacionais na economia do país antes de 64, teve como justificativa restabelecer a ordem para evitar o caos que, segundo os militares e seus aliados (a grande burguesia nacional e internacional) seria o destino a que o país seria conduzido, caso não houvesse uma intervenção militar. Outra promessa que alimentou a idéia do golpe foi a necessidade de concretizar o desenvolvimento econômico do país, a partir de uma modernização conservadora, apoiada no capital transnacional.

Após o período de inauguração do Estado Buro-

Edinara Terezinha de Andrade**

*Este é parte do primeiro capítulo da dissertação de mestrado da autora, apresentada em 1994 ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada "A Experiência de Participação Popular no Município de Lages (Gestão 1977-82): transição a um clientelismo de massas".

Orientador: Paulo Krischke

**Assistente Social, Mestre em Sociologia Política. Professora do Departamento de Servido Social da Universidade Regional de Blumenau.

crático autoritário, os burocratas do regime conseguem alcançar algum sucesso em seu programa econômico, de modo que o país passa por um período de rápido crescimento econômico - refletindo-se em apoio social, por parte de alguns setores da sociedade brasileira principalmente da classe média. Todavia, há que se esclarecer que este apoio nunca foi total, e só foi obtido, por um lado, graças ao ilusório "milagre econômico" e por outro, devido à repressão, que foi a tônica da dominação autoritária.

No entanto, o próprio crescimento econômico, baseado numa economia capitalista concentradora e dependente, objetivo principal dos idealizadores do golpe de 64, por paradoxal que possa ser, foi o embrião da instabilidade do regime autoritário. Vejamos como isto aconteceu.

O regime autoritário, inicialmente para se institucionalizar e posteriormente para implementar seu programa de desenvolvimento econômico, teve que neutralizar todas as formas de resistência e o fez mediante o terror do Estado, produzindo em seus primeiros anos de existência, o medo e a apatia na sociedade civil, destruindo todas as formas de organização social - contrárias aos interesses do regime militar - existentes no país, inviabilizando os canais de acesso normais ao sistema político, através dos quais a sociedade se utilizava para encaminhar suas demandas e lutar por seus direitos. Esta ação de violência civil por parte do aparato militar reduziu a sociedade civil brasileira à impotência, fragmentado-a ao seu extremo limite. A perplexidade que tomava conta de todos, se bem que tenha frutificado

em atitudes de resistência e de valorização, o da sociedade, tinha de imediata um efeito paralisante. (WEFFORT, F. C. 1989; p.93-94).

O desenvolvimento econômico, por sua vez, produziu mudanças sociais e políticas relevantes que alteraram a estrutura da sociedade brasileira. Necessitando para seu sucesso dispor de mão-de-obra concentrada nos grandes centros industriais, o país passa por um processo de urbanização acelerada, sem um mínimo de infra-estrutura necessária para receber os grandes contingentes de pessoas que passaram a migrar do meio rural para as grandes cidades. Isto, obviamente, desencadeou ao longo do tempo, uma série de mudanças, que acabaram abalando a estabilidade do regime.

SANTOS ressalta bem estas mudanças: "dia após dia, novas relações sociais, novos padrões de comportamento, novos quadros institucionais criados", pois, "nenhuma sociedade chega à paralisação total, sem revelar qualquer vestígio de um movimento das tendências internas no sentido de uma diferenciação e uma complexidade maiores." (SANTOS, W. 1986; p. 294-5). e MOISÉS, complementando SANTOS acrescenta: (... os efeitos gerados por quase duas décadas de modernização econômica e social não apenas mudou a morfologia da sociedade, como sugeriu Santos, mas provocou enorme mobilização o sócio-política em inúmeras esferas da sociedade, suscitando novas, mais complexas e mais res. expectativas e demandas em face do Estado". (MOISÉS, J. A. 1992; p.21)

Desta forma, por mais que o regime militar tenha tentado dar uma aparência de estabilidade, utilizando todo o aparato repressivo para dismantelar as forças políticas contrárias à sua dominação, fazendo uma depuração nas lideranças de esquerda, caçando o mandato de deputados, intervindo em sindicatos, cerceando o movimento estudantil - enfim, perseguindo, prendendo, torturando, assassinando, exilando, quem por ventura se colocasse em seu caminho - mesmo assim, ele não conseguiu impedir o desenvolvimento de núcleos de resistência, que com o tempo foram ocupando espaços importantes na luta contra a ditadura.

Estes espaços foram ocupados em basicamente dois setores: de um lado pelos Novos Movimentos Sociais ou Movimentos Sociais¹ Urbanos, que, em função do descaso do regime em atender as demandas das classes populares - estas, apoiadas pela Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) - passam a formar pequenos grupos, reunidos em Associações de Moradores, Clubes de Mães, Movimento contra o Custo de vida, Movimento dos Direitos Humanos e outros. Inicialmente, estes movimentos começam a reunir-se para reivindicar pequenas melhorias em suas ruas, bairros e comunidades e, normalmente dirigiam-se ao poder municipal. Com o avanço da luta contra a ditadura esses movimentos passaram a formar "redes", desencadeando movimentos em nível nacional, com vistas a pressionar o Regime Militar no sentido de iniciar o processo de liberalização.

De outro lado, houve uma oposição "consentida" ao regime

militar, apresentada pelo MDB que - após um período de imobilidade e confusão quanto à definição das estratégias, a seguir na luta contra a ditadura - começa a partir de 1974, a constituir-se em uma frente com potencial para desestabilizar a ditadura dentro das regras estabelecidas pelo regime militar.

Diante do exposto, podemos concluir que o Estado Burocrático crítico autoritário, através da repressão obteve sucesso em seus primeiros anos de existência, no que diz respeito à desmobilização da sociedade civil e de seus canais legítimos de representação, influenciando decisivamente na formação de valores autoritários entre a população e diminuindo-lhe seu senso de eficiência política. No entanto, espaços de resistência foram se formando ao longo do processo e através, do embate cotidiano contra os canais de repressão, os atores envolvidos foram definindo novos rumos e novas estratégias, na luta contra a ditadura. Com isto, conseqüentemente, foram também modificando os seus valores e os seus projetos de sociedade - de modo que a democracia liberal representativa antes vista apenas como instrumento de dominação da classe burguesa, passa a ser - juntamente, com a incorporação de alguns mecanismos de democracia de base (principalmente o mecanismo de participação popular) - o projeto que possibilitar a unificação das esquerdas brasileiras na luta contra a ditadura e na conquista de um "Estado de direito".

Partindo do princípio de que as experiências de participação

popular realizadas em alguns municípios brasileiros no final da década de 70, são a expressão mais concreta das mudanças ocorridas na cultura política da esquerda brasileira, passaremos em seguida a aprofundar e relacionar os fatores que favoreceram e/ou influenciaram estas mudanças, principalmente em relação à emergência do discurso de participação popular. Para tanto, tomaremos como ponto de referência a experiência realizada no município de Lages (SC).

Alguns antecedentes que propiciaram as mudanças na cultura política da esquerda brasileira

A escolha do município de Lages como locus privilegiado para análise dos microfundamentos ² - que provocaram mudanças na cultura política da esquerda brasileira, no contexto do processo de democratização brasileira, prende-se ao fato de que naquele município no período de 1977/82, produziu-se uma experiência de administração e participação popular, coordenada por um prefeito eleito pelo MDB durante a vigência do regime ditatorial, imposto ao país a partir do golpe militar de 1964.

Mais precisamente, tal experiência realizou-se durante o período que ALVES (1984), caracterizou como sendo o da "terceira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional" ou Estado Burocrático Autoritário, no qual, apesar de algumas medidas liberalizantes adotadas pelo regime militar, havia ainda o perigo constante de um retrocesso, que poderia desencadear novas ondas de repressão.

Não obstante, apesar de todas as limitações e riscos que poderiam advir de uma proposta que, por sua característica principal - a participação popular - o colocaria em questão a forma autoritária e centralizadora com que o regime militar se relacionava com a sociedade civil, em um município de porte médio sem nenhuma expressão nacional, situado no interior do Estado de Santa Catarina, efetivou-se uma administração totalmente diferenciada de todas as outras existentes no país, até mesmo daquelas administradas pelo MDB até 1976.

É óbvio que tal administração não ocorreu ao acaso, uma vez que já estavam se fomentando em nível internacional, nacional e até mesmo local, os antecedentes que oportunizaram o aparecimento daquela experiência. Sendo assim, entendemos que ela não foi fruto do ideal de alguns "iluminados", que de uma hora para outra descobriram que a participação popular poderia ser o elemento diferenciador de uma prefeitura administrada pela oposição. Com isto não queremos, porém, tirar o mérito daquela equipe de pessoas que conseguiu aglutinar em uma proposta concreta de administração, as idéias que estavam se formando - não somente no Brasil, mas também em outros países - em torno da utilização da participação popular, enquanto mecanismo alternativo de gestão do poder local.

Desta forma, entendemos a realização da experiência de participação popular na cidade de Lages, através da "Equipe Dirceu Carneiro" (1977/82), como o resultado de uma práxis que foi se

moldando a partir dos anos 70 (tanto no plano internacional quanto nacional), quando os intelectuais de oposição democrática e de esquerda começaram a reconhecer que já não eram válidos os valores, as utopias e as idéias reguladoras que conformavam os projetos políticos existentes até então. (PARAMIO, 1987; p.17).

Em nível internacional, o questionamento sobre o modelo de sociedade baseado no socialismo real³ se iniciou com as denúncias formuladas no XX Congresso do PCUS, quando Krusckev relatou as atrocidades perpetradas por Stalin contra o povo soviético, demonstrando claramente a utilização da repressão e da supressão da liberdade individual como instrumentos de controle do Estado, inicialmente para implantar e posteriormente para garantir a continuidade do regime comunista. Diante de tais denúncias começa a haver divisões nos Partidos Comunistas da Europa, onde vários grupos dissidentes criam outros partidos, rompem com o Partido Comunista da União Soviética e começam a propor formas mais democráticas de organização.

Além das dissidências partidárias, as denúncias contra o regime comunista geram também uma crise no marxismo clássico, fazendo emergir novas correntes teóricas e filosóficas que passam a criticar o centralismo burocrático, o autoritarismo e o dogmatismo revolucionário que fundamentavam os movimentos sociais tradicionais. Como contraponto às críticas elaboradas, essas novas correntes introduzem novas categorias, tais como: subjetividade, cotidiano,

democracia de base, pluralismo e outras que vão (como veremos a seguir) embasar os projetos dos novos movimentos sociais, iniciando-se com o movimento de maio de 1968, na França.⁴

Esse movimento foi desencadeado por jovens universitários franceses, que ocuparam de forma espontânea as Universidades de Nanterre e Sorbonne, para manifestarem-se contra uma reforma universitária proposta pelo governo francês. A repercussão desse movimento prendeu-se ao fato de que a postura antiautoritária dos estudantes sensibilizou a população e em especial os operários. O resultado disso foram as manifestações realizadas em conjunto, principalmente a do dia 13 de Maio, que congregou mais de um milhão de pessoas e onde pela primeira vez se colocou a palavra de ordem "governo popular" (MATOS, 1981; p 71). Não obstante, apesar de toda a mobilização e do questionamento do autoritarismo tanto de direita quanto de esquerda, o movimento de maio de 1968 foi dizimado pelo governo francês, tendo os últimos núcleos de resistência perdurado até o dia 21 de junho daquele ano.

Por outro lado, se o movimento em si foi derrotado, suas idéias não o foram e o ano de 1968 vê emergir uma série de movimentos estudantis em diversos países da Europa - Alemanha, Itália, Polônia, Espanha, chegando até mesmo aos Estados Unidos. Embora por motivações diferentes, esses movimentos se identificavam na medida em que questionavam os valores da sociedade moderna e ao mesmo tempo, opunham-se aos centralismos e autoritarismo dos partidos de

esquerda. Como consequência dos movimentos de 1968, iniciou-se a partir da década de 70, uma série de acontecimentos, que ao nosso ver, contribuíram para formação de uma nova cultura política da esquerda européia e que tiveram seus rebatimentos entre as oposições no Brasil. VIOLA, apud SILVA (1985; p. 17), com sensibilidade sintetiza esses acontecimentos:

- "Os anos 70 foram anos de redefinição profunda na esquerda européia-ocidental: crescimento progressivo da distância de alguns partidos comunistas com relação ao modelo soviético e crescente relegitimação democrática desses partidos (em particular os italianos, espanhóis e suecos), ainda que todos eles enfrentassem dificuldades para chegar à necessária ruptura com o PCUS; consciência cada vez maior do fenômeno do totalitarismo, ampliada inclusive para o caso Chinês depois da onda maoísta acabada por volta de 1975; surgimento de partidos ecologistas em vários países da Europa ocidental que junto com os movimentos ecologistas faziam repensar em profundidade os próprios pressupostos do socialismo democrático, para não falar da crítica radical do modo de civilização industrial centralizado; desenvolvimento notável do Partido Radical italiano em fins dos 70 com uma proposta de estrutura organizacional totalmente inovadores em termos de democracia; desenvolvimento do feminismo e de movimentos de mi-

norias com importantes efeitos democratizadores sobre o tecido celular das sociedades, ainda que quase sem efeitos em nível dos regimes políticos; surgimento de um novo tipo de associativismo em nível local, como produto de revalorização da problemática do poder local.”

Com relação à esquerda e à oposição democrática brasileira, torna-se relevante esclarecer que apesar de suas dificuldades (as quais consistiam principalmente em garantir sua sobrevivência face aos expurgos, perseguições e violência declarada por parte do regime militar) as mudanças que aconteceram nas organizações de esquerda da Europa também afetaram, contribuindo na adoção de novas estratégias para o combate à ditadura.

Além disso, existiram ainda três acontecimentos no plano nacional que devido a sua interrelação, contribuíram para o desencadeamento de uma alteração na cultura política da esquerda brasileira, que teve como conseqüências mais significativas, a opção pela democracia de base como principal estratégia na luta contra a ditadura e pela conquista de um Estado de Direito, a partir da via eleitoral.

Em síntese, os três acontecimentos foram: primeiro, o insucesso da luta armada, que tendo se iniciado em 1968, por alguns grupos revolucionários de esquerda, foi derrotado pelo aparato de segurança nacional, em meados de 1973; segundo, a liberalização do regime militar e a conseqüente perspectiva de confronto com a ditadura, dentro das regras do jogo

eleitoral, tendo em vista o resultado das eleições de 1974 quando a oposição começa a acreditar em seu potencial eleitoral; e por último, a emergência dos novos movimentos sociais no Brasil a partir da segunda metade dos anos 70.

Com relação ao primeiro acontecimento, existe uma vasta literatura que analisa a luta armada em si, seus desdobramentos e suas conseqüências. No entanto, não consideramos relevante para este trabalho aprofundar este tema, de modo que nos limitaremos a expor alguns pontos. Assim, com relação aos motivos que desencadearam a luta armada WEFFORT (1986; p.80) esclarece: “antes de tudo ela foi uma luta de resistência”. O autor justifica sua posição baseado em três fatos: primeiro, ela se desenvolveu prioritariamente no eixo Rio-São Paulo, (com exceção da tentativa do PC do B, em estabelecer uma base de ação guerrilheira no Araguaia - no norte do país). Segundo, ela foi encampada por jovens, em geral estudantes, que nasceram para a política depois de 1964, encontrando barrado seu caminho para a cidadania pelo regime militar. E, por último, acrescenta o autor, boa parte de suas ações militares acabou destinada a obter a libertação de companheiros presos.

ALVES (1984) em seu livro “Estado e Oposições no Brasil (1964-1984)”, dedica um capítulo à análise da luta armada no país, e seguindo a mesma linha de Weffort, conclui que ela somente se tornou uma opção após a promulgação do Ato Institucional Nº 5, que introduziu um terceiro ciclo de repressão por parte do regime, o qual “caracterizou-se por amplos expurgos em órgãos políticos

representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático de Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes”. Em tal contexto político, afirma a autora, “os setores da oposição que vinham sustentando a necessidade da luta armada assumiram posição predominante.” (ALVES, 1984: 141-142)

A conseqüência mais direta da opção pela luta armada no Brasil, foi a institucionalização da tortura, durante o Governo Médici (1969/73), estabelecendo a “cultura do medo”,

que num primeiro momento coibiu a participação da população em atividades de oposição comunitária, sindical ou política. Frente a isto a oposição na figura do MDB, acaba se desmobilizando e sofre uma derrota fragorosa nas eleições de novembro de 1970 para a renovação do Congresso Nacional⁵. No entanto, nestas mesmas eleições as somadas abstenções, votos brancos e nulos atinge 46% do total dos eleitores inscritos, demonstrando claramente o desinteresse da população por aquele pleito eleitoral, assim como evidenciando a incapacidade do MDB para atrair os votos dos setores descontentes com o regime militar, face às estratégias adotadas pela oposição até aquele momento.

Por outro lado, se num primeiro momento a utilização da tortura mostrou-se eficaz para a manutenção do regime, seu uso generalizado e por longo tempo, acabou por diminuir-lhe a eficácia. Isto aconteceu devido ao fato de que a criação do aparato repressivo, destinado inicialmente a combater e dizimar os grupos guerrilheiros, acaba por fortalecer os setores mais duros do regime militar - que dotados de amplos poderes, estendem a repressão tendencialmente a todo o conjunto da sociedade. ⁶

Em conseqüência da repressão crescentemente generalizada, setores anteriormente neutros ou simpáticos ao regime, começam a se indispor com o governo. ⁷ Em contrapartida, no seio do próprio regime, também principia a ocorrer divisões, uma vez que o aparato repressivo, não distinguindo mais quem, o inimigo, coloca todos em suspeição, dividindo a própria coalizão repressiva.

O custo crescente da competição que se estabelece no próprio regime; o estrangulamento do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo militar que, embora tenha produzido o "milagre econômico", o fez mediante um alto endividamento externo e um custo social muito elevado; o enfraquecimento quase total da oposição consentida pelo regime, aliado às denúncias de entidades internacionais de defesa dos Direitos Humanos são fatores que acabam por pressionar o regime militar, a partir de 1973, a reavaliar as suas estratégias e propor novas medidas destinadas a criar "mecanismos para a obtenção do

apoio político e social." (ALVES, 1984: 185).

Diante disso, a estratégia da "distensão", tornou-se a saída encontrada pelos planejadores do governo, para buscar uma nova base de legitimidade para o regime. Com isto, entramos em um dos outros acontecimentos que favoreceu a mudança da cultura política das esquerdas brasileiras. No sentido de esclarecer melhor os fatos, consideramos necessário retornar ao período que antecedeu às eleições de 1970.

O MDB, no período de 1967/69, devido ao seu apoio incondicional às manifestações de estudantes e de trabalhadores, imprimiu à sua atuação uma postura de "radicalização" contra a ditadura. Os parlamentares do partido utilizavam constantemente o Congresso Nacional para denunciar as políticas e abusos de Executivo, "... um grupo de 40 políticos do MDB elaborou uma estratégia de ação parlamentar, valendo-se de seu direito à imunidade para praticar a liberdade de expressão na tribuna do Congresso Nacional." (ALVES, 1984: 129)

Considerando-se que o MDB havia sido criado para ser uma oposição consentida, essa postura mais radical de forma alguma agradou ao regime militar, tornando-o alvo do aparato repressivo - que, através da utilização do Ato Institucional nº 5 (o qual esteve em vigência por dez anos), cassou os mandatos eleitorais de 113 deputados federais e senadores, 190 deputados estaduais, 38 vereadores e 30 prefeitos. (ALVES, 1984: 135)

Assim, nas eleições de 1970 para o Congresso Nacional, o partido estava tão desmobilizado que até encontrou dificuldades para convencer pessoas a se candidatarem por sua legenda, e sofreu uma derrota significativar naquelas eleições. A derrota eleitoral levou o MDB a reavaliar a sua postura, e no processo de discussão sobre os rumos a seguir, emergiram em seu interior dois grupos: os "moderados" e os "autênticos" - que daquela época em diante passariam a desempenhar papéis chaves na dialítica interna do partido.

Os moderados eram formados por políticos paulistas, liderados pelo então prefeito de Campinas, Orestes Quércia, que defendia uma linha pragmática para "... evitar a radicalização do MDB, a qual lhe impedirá toda e qualquer pretensão de um dia tornar-se governo" (KINZO, 1988: 141-2).

O grupo dos autênticos, por sua vez, era formado por deputados que haviam sido eleitos pela primeira vez em 1970 e representava 25% dos parlamentares emedebistas na Câmara Federal. Esse grupo era coordenado no início pelo Deputado Pedroso Horta, líder do MDB que tinha uma postura mais combativa - pois denunciava a tortura, as violação dos direitos humanos, o problema dos exilados, e pedia a constituinte e o fim do AI-5.

As divergências internas do partido, que eram permeadas pelas disputas entre os autênticos e moderados, no que dizia respeito às propostas partidárias, e também com relação aos postos chaves no interior do partido, acabaram colocando o MDB em evidência na

imprensa nacional e emprestando-lhe uma dinâmica maior, levando-o a angariar forças para disputar as eleições de 1974 com maior eficácia.

Em consequência disto, nas eleições de 1974 para o Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas, o partido consegue aumentar significativamente sua representação, nos três níveis legislativos.

A diminuição dos votos da ARENA - partido oficial da ditadura - nas referidas eleições deixou transparente a fragilidade do regime militar, levando a sua liderança a implementar várias reformas eleitorais com vistas a dificultar o avanço da oposição, antes de iniciar o processo de liberalização.

Este fato, por sua vez, provocou uma mudança do MDB, no sentido de levá-lo a utilizar os canais formais de participação política para atuar mais eficazmente no nível da política institucional. Além disso, a oposição começou, "em aliança com a Igreja Católica, a organizar um amplo movimento social de base pela defesa dos direitos humanos e dos direitos econômicos e sociais fundamentais" (ALVES, 1984: 181).

É nesse contexto que lideranças emedebistas do Rio Grande do Sul, ligadas ao grupo denominado de "autênticos" do MDB, realizam através do Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais-IEPES, coordenado pelo Sociólogo André Foster,⁸ um encontro com candidatos a Prefeitos e Vereadores do Rio Grande do Sul, com a presença do então candidato a Prefeito do Município de Lages, Dirceu Carneiro, e alguns de seus assessores. Nesse encontro, como já informamos, foram discutidos os princípios que norteariam as

plataformas de campanha dos candidatos a prefeito pela oposição e aprovado o documento "O MDB E A AÇÃO MUNICIPALISTA."⁹ O então candidato Dirceu Carneiro e sua equipe dotam quase que na íntegra as diretrizes estabelecidas naquele documento, sendo que depois de eleito ele volta a Porto Alegre com sua equipe, para participar de um outro Encontro promovido pelo IEPES, onde são aprofundadas as propostas de participação popular.

Convém ressaltar que as idéias sobre participação popular presentes nas diretrizes do documento do IEPES, já estavam sendo introduzidas (ainda que timidamente) em debates em nível nacional, por alguns intelectuais do partido ligados aos "autênticos" do MDB. Esses intelectuais começaram a discutir novas formas de fazer oposição no Brasil, incorporando em suas propostas a luta pela democracia de base - que se efetivaria com a participação da população na gestão da coisa pública - com o objetivo de combater a cultura autoritária que havia sido gestada durante a ditadura. Começava, pois a perceber que a democracia somente seria possível se houvesse por parte da população um desejo, acompanhado de uma mudança em sua cultura política, no sentido de criar-se valores democráticos que se traduziriam posteriormente em ações dentro das regras do jogo aceitas naquele momento pela ditadura.

Embora seja difícil precisar concretamente de onde brotam as idéias, nós identificamos pelo menos duas fontes que podem ter colaborado para a emergência da participação popular no discurso das oposições¹⁰. Primeiro, muitos

dos membros ligados aos "autênticos" do MDB, tinham contatos com os exilados políticos que encontravam-se na Europa e a partir deles receberam informações sobre as experiências de autonomia e fortalecimento do poder local, que estavam acontecendo na Europa e, em especial na Espanha. Com isto, alguns intelectuais e líderes mais progressistas do MDB, começaram a perceber a importância do município, enquanto um espaço a ser conquistado eleitoralmente, considerando-se que a partir dele se poderia implementar políticas mais democráticas, visando resgatar a participação da população na vida política do país. Segundo, a emergência de algumas organizações populares e o conseqüente engajamento de intelectuais e militantes da oposição junto às mesmas, propicia a descoberta de que a população a despeito do autoritarismo e do descaso do governo federal, estava criando novas formas de mobilização comunitária, para o enfrentamento de seus problemas de sobrevivência.

Desse modo, podemos antever o terceiro acontecimento que, produzindo mudança na cultura política das organizações comunitárias, acaba por influenciar inicialmente alguns segmentos da oposição, e que - devido a sua generalização a partir da década de 80 - influencia todo o partido. Estamos falando da emergência dos "Novos Movimentos Sociais" que, orientando-se "por critérios de afetividade, relações de expressividade, orientações comunitárias e organizações horizontal" (VIOLA & MAINWARING, 1987: 110), passam a

negar qualquer relação instrumental com o Estado e desconsideraram os partidos políticos enquanto interlocutores de suas reivindicações. Esses Novos Movimentos Sociais, embora diferenciando-se radicalmente dos antigos, contavam com o apoio de agentes externos (religiosos, intelectuais, profissionais liberais), os quais influenciavam os movimentos e eram por estes influenciados.

Novos Movimentos Sociais, principalmente os Movimentos Sociais Urbanos, nascem, entre outros motivos, da própria crise do sistema capitalista em nível internacional e no Brasil também, como consequência do autoritarismo instaurado pelo regime militar - quando os canais de representação oficial das reivindicações e anseios da população, perderam sua legitimidade durante o período de exceção. Não tendo a quem recorrer, a população periférica das grandes cidades, passa a encontrar nas Associações de Moradores, Clubes de Mães, Comunidades Eclesiais de Base e outras organizações tradicionais comunitárias, uma nova forma com novos conteúdos, para encaminhar suas lutas por melhores condições de vida.

Diante disso, o Brasil vê emergir, na década de 70, a exemplo do que já estava acontecendo em outros países da Europa e da América do Sul e do Norte, um fenômeno que, pela sua novidade, teve como consequência o questionamento dos velhos paradigmas das ciências sociais. Este fenômeno denominado Novos Movimentos Sociais, passou a exigir dos cientistas sociais a ampliação dos conhecimentos

empíricos e uma redefinição das categorias analíticas, que possibilitassem uma compreensão mais acurada do que vinha acontecendo. Vários autores apontam esta necessidade, entre eles, Melucci (1989), Krischke (1990), Scherer-Warren (1987), Viola e Mainwaring (1987), Boschi (1982), Gohn (1987), Jacobi (1990).

- Estes grupos organizados, embora tenham limites quanto ao seu poder de transformação da sociedade, uma vez que se mobilizam apenas em torno de demandas específicas - e portanto transitórias - têm um papel importante no processo de democratização do país, pelo fato de propiciar mudanças nos valores e na cultura política dos integrantes destes movimentos, no sentido de democratizar as relações entre a população - como bem o demonstram os autores, Viola e Mainwaring (1987), Jacobi (1988), Krischke, (1989), etc.

- Desta forma, presume-se que, na década de 70, embora os novos movimentos negassem qualquer relação instrumental com o Estado e desconsiderassem os partidos políticos como mediadores de seus interesses, tais movimentos de alguma forma influenciaram a dinâmica e as propostas do único partido que, na época, poderia opor-se legalmente ao regime militar. Baseamos esta hipótese no fato de que muitos dos profissionais liberais e intelectuais que, na década de 70 atuavam como agentes externos junto aos Novos Movimentos Sociais, também militavam no MDB - e percebendo esta nova forma de participação popular, procuraram incorporá-la ao discurso e à atuação do MDB,

introduzindo-a como proposta nas campanhas eleitorais.

Diante disso, nas eleições municipais de 1976, a participação popular começa a aparecer no discurso de alguns candidatos do partido, embora ela tenha se concretizado apenas em dois municípios administrados pelo MDB - Lages/SC e Piracicaba/SP. Por outro lado, a repercussão que essas duas experiências obtiveram em nível nacional, aliada ao fato de que a partir da década de 80 esses movimentos crescem tanto em termos quantitativos como qualitativos, força o PMDB¹¹ a incorporar a participação popular, como uma meta a ser alcançada nas eleições de 1982. Isto se efetivaria através da vitória da oposição em prefeituras, onde pela sua proximidade com a população se concretizariam as propostas que levariam a uma maior participação da população na gestão da coisa pública, mudando com isto a visão tradicional da política, como atividade centralizada e autoritária. Passaria-se assim, a problematizar o próprio conceito de política que a ditadura havia colocado num sentido privatista e pejorativo, ou seja, "quem faz política são os inimigos da pátria". Nesse sentido, conforme a ideologia do regime autoritário, o cidadão comum não deveria se interessar pelos negócios do estado, pois estes estariam garantidos por um grupo de tecnoburocratas, que, por seus conhecimentos, haveria de saber melhor o que a população necessitava.

A partir do momento em que a oposição passa a propor a participação do cidadão na gestão municipal, a coisa pública passa a

ter outro significado e tudo passa a ser potencialmente político. Inicia-se com isto uma mudança na cultura política do país, com a concretização de três experiências em nível municipal (Lages-SC, Piracicaba-SP e Nova Esperança-ES) que obtiveram ampla repercussão nacional. Gerou-se com isto um novo discurso e um novo estilo de fazer política que se materializou com as eleições de 1982, onde a maioria dos candidatos a Prefeito e a Governador do PMDB, como também do PDT e do PT, incluíram em seus programas de governo a participação popular como "Mote" de campanha, obtendo vitória expressiva em muitos estados e municípios do país. Acrescente-se a isto que a direita do país representada por seu partido a ARENA - e depois de 1979 no PDS - também passa a incorporar em seu discurso alguns vestígios da proposta de participação popular (veja-se o caso de Esperidião Amin e Paulo Duarte, dirigentes do PDS catarinense ¹²) - no sentido de diluir e cooptar esta proposta junto ao eleitorado.

Diante do exposto, podemos concluir que as experiências de democracia participativa implementadas no país no nível do poder local no período de 1977/82, foram desencadeadas a partir de mudanças na cultura política da esquerda brasileira e tiveram um papel decisivo no processo de transição democrática reforçando a participação popular, o que em última instância influenciou na democratização da própria cultura política da população brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Itamar. *As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina - táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina.
- ALVES, Márcio Moreira. *A força do povo: democracia participativa em Lages*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDRADE, Edinara Terezinha de. "Cultura política e movimentos sociais: uma revisão conceitual." *Boletim de Ciência Sociais*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, n. 53-54, jul./dez. 1989.
- BOSCHI, Renato Raul. *A arte da Associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.
- BRASIL: *Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- COHN-BENDIT, Daniel. *O grande bazar: as revoltas de 1968*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- GOHN, Maria da Glória M. "Movimentos sociais urbanos no Brasil: produção teórica e projetos políticos" *Serviço Social & Sociedade*, Revista Quadrimensal de Serviço Social, Ano VIII, n. 25, São Paulo: Cortez, 1987.
- JACOBI, Pedro. "Descentralização municipal e participação dos cidadãos: apontamentos para o debate." *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 20, maio 1990.
- _____. *Ação coletiva, atores sociais e cultura política*. In, *Serviço Social & Sociedade*, Revista Quadrimensal de Serviço Social, Ano XI, nº 28, São Paulo, Cortez, 1988.
- KINZO, Maria D'Alva G.. *Oposição e autoritarismo; gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- KRISCHKE, Paulo J. "Movimentos sociais e democratização no Brasil: necessidades radicais e ação comunicativa." *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Vértice, 1990.
- _____. "Movimentos de bairro em Florianópolis durante a "Nova República": transformações culturais e conservadorismo político." *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis, UFSC, n. 53, 1989.
- LEVINE, Andrew et al. "Marxismo e individualismo metodológico." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, vol. 4, n. 11. 1989.
- MATOS, Olgaria C. F. "Paris 1968: as barricadas do desejo." *Coleção Tudo História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MELUCCI, Alberto. "Um objeto para os movimentos sociais." *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, nº 17, 1989.
- MOISÉS, José Álvaro. "Democratização e cultura política de massas no Brasil." *Lua Nova, Revista de Cultura e*

- Política*, São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 26, 1992.
- "Eleições, participação e cultura política." *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 22, dez. 1990.
- O'DONNELL, Guillermo et al. *O estado autoritário e os movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1986.
- PARAMIO, Ludolfo. "Del radicalismo reinvicativo al pluralismo radical." In: LECHNER, Norbert (comp.), *Cultura política y de democratización*. CLACSO/FLACSO/ICI, 1987.
- QUINTERO, Jucirema. *A "força do povo" em Lages: mas o que foi mesmo, esta experiência?*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação), Pontifícia Universidade Católica.
- REVISTA do PMDB, Ano VI, n. 8, Rio de Janeiro, Fundação Pedroso Horta, 1986.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "Transição em resumo: do passado recente ao futuro imediato." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, vol. 1, n. 1, 1986.
- SCHERER-WARREN; Ilse e KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SILVA, Elizabeth Farias da. *O MDB/PMDB em Lages; análise de um partido de oposição, o no governo (1972-1982)*. Florianópolis, 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina.
- VIOLA, Eduardo & MAINWARING, Scott. "Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina." In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (Orgs.). *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WEFFORT, Francisco C. "Incertezas da transição na América Latina." *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 16, mar. 1989.
- _____. *Por que democracia?* 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Palavras-chaves:** autoritarismo, partido político, poder, participação popular, movimento social, cultura política.
- com sua Prática, a própria centralização/burocratização tão presentes nos partidos políticos". Ver ainda MELUCCI (1989) e SADER (1988).
- ² O conceito de "microfundamentos", utilizado segundo a acepção dos autores LEVINE, SOBER e WRIGHT que, através, do artigo intitulado "Marxismo e Individualismo Metodológico" - mostram a relevância da análise de microfundamentos, através das seguintes colocações: "elaborar os microfundamentos de explicação macrosociológicas não só aumenta a confiança nas teorias, como as aprofunda. Na medida em que se está aberto ... possibilidade de múltiplos fundamentos para uma dada explicação (...), a descoberta de processos de nível micro, através dos quais concretizamos fenômenos maiores, enriquece a compreensão teórica." Complementando as colocações anteriores os autores esclarecem que, "todo processo macrosocial deve ter realizações no nível micro e a investigação dessas vias individuais, através das quais se efetivam as determinações macroestruturais, o estudo dos microfundamentos, os quais proporcionam mais credibilidade a argumentos que se desenvolvem no plano macro." (LEVINE et al, 1989: 66-67)
- ³ Citamos o socialismo real, considerando que a revolução russa e logo após a revolução chinesa, eram os modelos de sociedade ideal que a maioria dos projetos de esquerda objetivavam alcançar. Ver, PARAMIO, 1987.
- ⁴ A respeito, consultar: MATTOS, (1981). A autora faz um apanhado geral do que foi o movimento, seus antecedentes, repercussões, além de indicar e comentar outras literaturas existentes sobre o tema. Para uma análise mais aprofundada, ver COHN-BENDIT, (1988). O autor foi uma das figuras mais destacadas do movimento e realiza nesta obra um balanço dos acontecimentos, do ponto de vista de quem o integrou.

NOTAS

¹ SCHERER-WARREN (1993: 15) evidencia o potencial dos Novos Movimentos Sociais: "Os movimentos sociais não podem ser pensados, apenas, como meros resultados da luta por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços. Os movimentos sociais devem ser vistos, também (e neles, claro, os seus agentes), como produtores da História, como forças instituintes que, Além de questionar o estado

drasticamente, conseguindo eleger apenas 5 das 46 vagas senatórias disputadas e 28% das cadeiras na Câmara Federal.” (KINZO, 1988).

⁶ *SANTOS (1986), elabora uma excelente análise sobre os efeitos do aparato repressivo. “O controle repressivo contínuo da vida social concorre para reduzir e até extinguir, eventualmente, o número dos inimigos verossímeis. Se no início, relativamente fácil para os governantes autoritários mostrar contra quem, dirigida a repressão - comunistas, supostos comunistas, subversivos, supostos subversivos, terroristas e assim por diante - o próprio sucesso da repressão os varre completamente da arena política. Chega então o momento em que a repressão se volta para os políticos de inclinação moderada e para certas autoridades públicas. Finalmente, chega a ocasião em que a repressão, utilizada contra membros do próprio círculo de poder. Nesse momento, porém, a ampla coalizão repressiva se vê ameaçada pela possibilidade de romper-se em cliques competitivos. Como a oposição civil continua a ser alimentada por pessoas cada vez menos ligadas a qualquer conspiração subversiva, a divisão entre as forças autoritárias, com a possível emergência de uma facção que pode até simpatizar com uma parte da oposição civil, se torna cada vez mais onerosa - em termos de consumo de tempo e em termos de benefícios laterais a serem pagos - para convencer uma coalizão repressiva majoritária sobre quem são os inimigos.” (SANTOS, 1986:296)-z*

⁷ *Entre os setores que apoiaram a deposição de João Goulart e que, mediante a institucionalização da tortura, reagem contrariamente ao regime, podemos citar a Igreja, como sendo um dos mais importantes. Ver “Brasil: Nunca Mais”.-*

⁸ *O sociólogo ANDRÉ FOSTER teve relevante papel na elaboração e na implementação das propostas de administração participativa realizada em Lages, durante a administração de Dirceu Carneiro, uma vez que prestava assessoria sistemática à equipe*

do PMDB, nº 8, 1986.

¹⁰ *Estas fontes foram mencionadas durante nossa experiência como participante da “Equipe Dirceu Carneiro”.*

¹¹ *Lembramos que o “P”, acrescido à sigla do MDB, porque a partir de 1979 houve a reforma partidária acabando com o bipartidarismo no Brasil exigindo que as novas agremiações políticas contivessem em seu nome a palavra partido. Ver nota 10 da Introdução.*

¹² *O candidato vitorioso das eleições para o governo do Estado em Santa Catarina, em 1982 (Amin do PDS), utilizou em sua proposta de governo, intitulada “Carta aos Catarinense”, como um dos postulados básicos, a participação comunitária. No entanto, concordamos com AGUIAR (1991), quando este ressaltou que a verdadeira participação comunitária contém pressupostos que, em função do passado de Amim, o desautorizam a colocar esta questão em prática, levando-o a concluir que seu postulado pode significar na prática, “tratar-se, antes, do processo de incorporação e de integração pelo consenso ou pela intimidação”. (AGUIAR, 1991:66).*